

A – Subprocuradoria-Geral de Justiça de Políticas Administrativas e Institucionais
Ato nº 143/2017 – PGJ, de 18 de dezembro de 2017.
(Pt. nº 100.342/2017)

Dispõe sobre composição da Comissão para Análise do cumprimento da Resolução n. 170 do Conselho Nacional do Ministério Público no 22º Concurso de Credenciamento de Estagiários do Ministério Público.

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na alínea “c”, inciso X, do artigo 19, da Lei Complementar nº 734, de 26 de novembro de 1993,

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica constituída a Comissão para Análise do cumprimento da Resolução n. 170 do Conselho Nacional do Ministério Público no 22º Concurso de Credenciamento de Estagiários do Ministério Público.

Artigo 2º - Integrarão a Comissão instituída pelo artigo 1º, como titulares o Dr. Julio Cesar Botelho, R.G nº 13.610.985, 93º Procurador de Justiça da Procuradoria de Justiça Criminal, Rodrigo Itocazo Rocha, RG. 16.240.674-5, CRM nº 93949, Analista de Promotoria I, Médico da Área de Saúde e Assistência Social e Natália Lobo Oliveira Cividantes, RG. 54.119.153-4, CRESS nº 44954, Analista de Promotoria I, Assistente Social da Área de Saúde e Assistência Social, como suplentes o Dr. Eduardo Dias de Souza Ferreira, R.G nº 15.543.227, 15º Promotor de Justiça da Infância e da Juventude, Cristiane de Almeida Cordeiro, RG. 12.387.179-0, CRM nº 132450, Analista de Promotoria I, Médica da Área de Saúde e Assistência Social e Yone da Cruz Martins de Campos, RG. 14.235.464-8, CRESS nº 21423, Analista de Promotoria I, Assistente Social da Área de Saúde e Assistência Social

Artigo 3º- As funções dos integrantes da Comissão serão desenvolvidas com preferência, mas sem prejuízo das atribuições normais dos cargos de que são ocupantes.

Artigo 4º - A Diretoria Geral fornecerá os recursos materiais e humanos que forem necessários para a execução dos trabalhos da Comissão ora constituída.

Artigo 5º - Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação.

GIANPAOLO POGGIO SMANIO

Procurador-Geral de Justiça

Publicação em:

Diário Oficial: Poder Executivo, Seção I, São Paulo, v.127, n. 239, p. 75-76, de 23 de dezembro de 2017.